

## **O SPHAN e seus colaboradores: construindo uma ética do tombamento (1938-1972)**

Janice Gonçalves<sup>1</sup>

### **Resumo**

A comunicação proposta, considerando, sobretudo, a atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lucio Costa, entre 1938 e 1972, pretende examinar alguns aspectos das relações entre o corpo de funcionários do SPHAN e seus colaboradores, destacando o desafio de construção do campo disciplinar e profissional do patrimônio cultural no Brasil, inclusive em suas dimensões éticas, e enfocando as atividades de tombamento.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural, SPHAN, colaboradores.

### **Abstract**

This paper examines some aspects of the relationship between the members of the Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (the public institution responsible for the preservation of the cultural heritage, in Brazil, in the federal jurisdiction) and his collaborators, considering particularly the role played by Rodrigo Melo Franco de Andrade and Lucio Costa between 1938 and 1972. It deals about the challenge of building an academic and professional field on cultural heritage, including ethic questions and focusing the activities of protection by listing.

**Palavras-chave:** Cultural heritage, SPHAN, collaborators.

O Decreto-Lei n.25/37 forneceu as diretrizes de atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, marcando os critérios que orientariam a seleção dos bens a serem preservados por meio de tombamento: haveria interesse público na conservação de bens vinculados “a fatos memoráveis da história do Brasil” ou com “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” O caráter de excepcionalidade e a dimensão nacional deveriam, portanto, ser vislumbrados nos bens selecionados e protegidos pelo órgão. Ao mesmo tempo, o SPHAN, nos primeiros anos de sua estruturação, dependia da colaboração de diversos profissionais, em diferentes áreas (muitos deles, intelectuais de projeção nacional ou regional), que, situados nas várias unidades da federação, indicariam bens e apresentariam estudos a seu respeito. As colaborações tendiam a colocar em xeque, ou ao menos a tensionar, as orientações gerais do SPHAN, pondo em causa a questão do “regional” em contraponto ao “nacional”. Isso é visível em vários pareceres e documentos de trabalho do SPHAN, nos quais os funcionários da sede, no Rio de Janeiro, emitiam pareceres

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo; Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Trabalho apresentado no XXV Simpósio Nacional de História, entre 12 e 17 de julho de 2009, Fortaleza, Ceará, e publicado em seus anais eletrônicos.

contrários ao tombamento de determinados bens, devido principalmente ao seu caráter “regional” (sem dimensão nacional maior, portanto) ou à ausência de excepcionalidade artística, frente a outros monumentos já preservados. Em março de 1952, Carlos Drummond de Andrade, então Chefe da Seção de História da Divisão de Estudos e Tombamento do órgão federal, colocava-se contrário ao tombamento de uma igreja no Rio Grande do Sul:

Ao que consta, não se acha a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, vinculado a fato memorável de nossa história, que justifique a sua inclusão no Livro do Tombo Histórico. Isto sem embargo de constituir o referido templo um testemunho da ocupação do território sulino pela coroa portuguesa. [...] Não consta, porém, da crônica de Cachoeira a ocorrência de fato de significação excepcional a que esteja ligada a matriz da paróquia. Deve registrar-se o assassinio, verificado no seu interior em 8 de setembro de 1860, do líder farroupilha Antônio Vicente da Fontoura, que ali mesmo fôra batizado. Fato sem dúvida importante, não se reveste, contudo, a nosso ver, de significação bastante para se atribuir ao local onde se desenrolou, a categoria de monumento histórico nacional. (apud FONSECA, 1997: 284)

O parecer de Drummond é revelador da dificuldade em lidar com a dimensão do regional na perspectiva da excepcionalidade – uma excepcionalidade, a rigor, tanto artística como histórica. Como dimensionar eventos do movimento farroupilha à luz da história nacional? Para Drummond, tratava-se de um episódio de peso regional. No entanto, como ele mesmo indica, era possível relacionar a igreja a algo relevante da “história nacional”, nos termos que eram demonstrados pelos tombamentos do órgão federal até então: a experiência colonial, a presença portuguesa no território, a herança cultural lusitana que nos foi legada. Mesmo isso, porém, não foi suficiente para proteger o bem por meio de tombamento, talvez por já existirem, protegidos, outros bens de significado histórico similar (inclusive considerados artisticamente mais relevantes).

Outro exemplo é fornecido por parecer emitido em 1968 por Lucio Costa, diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos da então DPHAN, sobre bem situado em Santa Catarina - a Igreja de São Francisco da Penitência. No parecer, Lucio Costa entende que a igreja “merece ser inventariada no arquivo da DPHAN como monumento regional digno de registro, mas não se inclui entre os monumentos nacionais que, por suas qualidades históricas ou artísticas’, fazem jus ao tombamento, na forma da legislação vigente.” Acrescenta:

A importância relativa do monumento em causa é mais um indício da conveniência da criação de um serviço estadual capaz de zelar pelos edifícios, pelas alaias e paisagens regionais dignos de preservação. (PESSÔA, 2004: 215).

Entre o nacional e o regional há uma graduação da excepcionalidade: nas entrelinhas dos pareceres, emerge o mais “excepcional” como algo de maior alcance e significado, portanto mais próximo de ser compartilhado e reconhecido por amplo contingente de pessoas como representativo do “nacional” e, em última instância, da brasilidade.

Tais questões estiveram obviamente presentes desde o início das atividades do SPHAN, e foram objeto de reflexão de seu diretor. O valor histórico dos bens parecia, contudo, o mais difícil de ser equacionado. Em entrevista publicada no *Jornal do Comércio* do Recife, de 18 de agosto de 1939, Rodrigo Melo Franco de Andrade explicita o que seria o entendimento do SPHAN acerca da dimensão histórica dos bens a serem tombados:

As coisas que requerem preservação por se acharem vinculadas a fatos memoráveis da história do Brasil não consistem apenas nos monumentos ou obras ligados diretamente a algum episódio histórico nacional. Entendem-se também de notável valor histórico para os fins estabelecidos no Decreto-Lei nº. 25 todos os bens, móveis ou imóveis, que se possam considerar particularmente expressivos ou característicos dos aspectos e das etapas principais da formação do Brasil e da evolução peculiar dos diversos elementos que constituíram a população brasileira.”(ANDRADE, 1987: 28).

Ficava pressuposta, portanto, uma dada interpretação do que seria essencial nessa trajetória de “formação” (palavra, aliás, tão cara a certa linhagem de intelectuais brasileiros, como Caio Prado Jr., Antônio Cândido de Mello e Souza ou mesmo Celso Furtado).

Décadas depois daquela entrevista, Rodrigo Melo Franco de Andrade permite associar a alusão à “formação” do Brasil ao que chama de “obra de civilização” e “caráter nacional” e, em aula proferida em novembro de 1961, destacava o patrimônio cultural como chave da nacionalidade:

O que constituiu o Brasil não é apenas seu território [...] nem esse território acrescido da população nacional, que o tem ocupado através dos tempos. Para que a nação brasileira seja identificada, terá de considerar-se a obra de civilização realizada nesse país [...]. Há que computar também, na área imensa povoada e despovoada, as realizações subsistentes dos que a ocuparam e legaram às gerações atuais: a produção material e espiritual duradoura ocorrida do norte ao sul e de leste a oeste do país, constituindo as edificações urbanas e rurais, a literatura, a música, assim como tudo mais que ficou em nossas paragens, com traços de caráter nacional, do desenvolvimento histórico do povo brasileiro. (ANDRADE, 1987: 56).

Para ele, o “valor histórico” subsistiria independentemente do estado de conservação em que se encontrasse um bem – era preciso ler para além das aparências, percebê-lo em perspectiva histórica, sendo o histórico não associado apenas ao suntuoso ou monumental, como frisava em entrevista concedida a *O Jornal*, do Rio de Janeiro, em junho de 1958:

[...] para muitas pessoas menos informadas, cabe ao Serviço do Patrimônio, apenas a restauração de obras históricas. Daí, as freqüentes acusações que recebemos, quando um prédio de reconhecido valor histórico tem a aparência de um ‘pardieiro’ (esta é a expressão mais comumente usada por aqueles que nos censuram). Mas não é a aparência que importa. Ao contrário, o mais importante é a conservação da integridade do monumento, isto é, a proteção das características primitivas, do ambiente adequado.” (ANDRADE, 1987: p.39).

Nesse sentido, mesmo prédios modernos poderiam ser objeto de proteção pelo órgão federal: ainda no dizer do diretor do órgão federal de preservação, na mesma entrevista de 1958, o prédio do Ministério da Educação e Saúde, inaugurado em 1945, era um desses casos

pois mesmo “recentemente construído” representava “uma etapa decisiva na história da arquitetura universal [...] em que o Brasil é nação pioneira.” (ANDRADE, 1987: 40).<sup>1</sup>

Cabe ressaltar que Rodrigo Melo Franco de Andrade, na condição de diretor do SPHAN de 1936 a 1967, e Lucio Costa, como diretor da Divisão de Estudos e Tombamento entre 1937 e 1972, tiveram papel fundamental na criação de diretrizes de atuação do órgão e na elaboração de critérios que selecionassem bens culturais para tombamento (então o principal mecanismo legal de proteção de bens culturais). Diretrizes e critérios que mediarão as relações entre o corpo de funcionários do SPHAN e seus colaboradores: caberia a cada colaborador interpretá-los, segundo sua perspectiva, buscando a atuação mais correta. Já o corpo de funcionários tinha a função de decidir aquilo que, demandado ou encaminhado pelos colaboradores, mereceria ser apreciado pelo Conselho Consultivo do órgão. Mas como proceder, de forma a considerar e respeitar as demandas regionais e ao mesmo tempo estar atento ao fim maior, ou seja, o de proteger o patrimônio histórico e artístico nacional?

O período em que Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve à frente do SPHAN é particularmente interessante por revelar-se, retrospectivamente, um momento institucional do órgão em que, não obstante abordagens mais abrangentes da dimensão cultural (como a de Mário de Andrade), adotaram-se critérios e procedimentos de preservação próprios do modelo francês implantado no século XIX. Conforme Françoise Choay (CHOAY, 2001: 129-130), é na primeira metade do século XIX que o monumento histórico passa a ser valorizado, sobretudo em suas conexões com a história da arte, e como vetor do sentimento cívico-patriótico. Nos seus primeiros tempos, o SPHAN (depois DPHAN, IPHAN, IBPC e novamente IPHAN) nitidamente abraçou um patrimônio monumental, calcado na excepcionalidade e na projeção nacional do que seria “memorável”. Trata-se do fenômeno que Choay denominou de “consagração do monumento histórico” e que gerou, como um de seus resultados mais duradouros, a noção de que o monumento histórico era insubstituível: “os danos que ele sofre são irreparáveis, sua perda irremediável.” (CHOAY, 2001: 136). Ou, como afirmou Rodrigo Melo Franco de Andrade, em palestra proferida em setembro de 1939 na Escola Nacional de Engenharia: “[...] o próprio de cada autêntica obra de arte e de cada monumento histórico verdadeiro é a sua singularidade. Daí o caráter irreparável dos atentados que venham a sofrer.” (ANDRADE, 1987: 50). Perspectiva que foi denominada por José Reginaldo Gonçalves de “retórica da perda” (GONÇALVES, 1996).

Pela eloquência de sua inscrição espacial, mais facilmente partilhável por um maior número de pessoas, serão os bens edificados o principal alvo das ações de proteção, acabando por quase identificar “patrimônio” com “patrimônio arquitetônico” e “profissionais do

patrimônio” com “arquitetos”. Apesar disso, a ênfase no patrimônio arquitetônico chegou a ser justificada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1939, como pragmatismo. Na já referida entrevista publicada no *Jornal do Comércio*, o diretor do SPHAN destaca o “trabalho penoso” de inventário, “pela vastidão do território e pela disseminação dos bens ao longo de todos os estados” – daí “principiar dos monumentos arquitetônicos, por ser mais facilmente praticável a investigação a seu respeito.” (ANDRADE, 1987: 29).

Sendo poucos na década de 1930, os funcionários do órgão federal de preservação ainda eram em pequeno número duas décadas depois de criado o Serviço: em entrevista em 1958, Rodrigo Melo Franco de Andrade assinalava que a equipe da então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional era formada por “arquitetos de renome internacional, de historiadores e estudiosos” e, “embora integrada por menos de 20 homens”, desenvolvia “um trabalho intenso, visando ao engrandecimento do país.” (ANDRADE, 1987: 40). A importância de Lucio Costa, diminuída por ele próprio, é acentuada por profissionais que com ele trabalharam no órgão federal, como Lygia Martins Costa:

[...] O dr. Lucio começou a ser um chefe, não na Divisão de Estudos e Tombamento –DET, ele era um chefe técnico de todo o Patrimônio. [...] E ele era o técnico das duas divisões, da DET e da Divisão de Conservação e Restauração – DCR, porque ele tinha um conhecimento de arte, ele tinha o que faltava à grande maioria. [...] Ele via tudo, ele recebia gente do Brasil inteiro, que em vez de conversar com a DCR sobre um assunto próprio dessa divisão, ia primeiro conversar com ele, para ver o que ele achava, para ter uma orientação.” (COSTA, 2005: 290-291)<sup>2</sup>

O exame de pareceres de Lucio Costa acerca do possível tombamento de bens, em diversas regiões do país, demonstra tanto sua atenção ao Decreto-Lei n.25/37 como abertura e sensibilidade para as particularidades e circunstâncias regionais. Esse movimento pendular certamente tinha origem em problemas apontados pelo arquiteto no “Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento da DPHAN”, em 1949:

[...] a grande maioria das obras de valor não é considerada no âmbito nacional – aquelas qualidades de exceção reclamadas pela legislação atual para que a proteção do Estado se torne efetiva. São obras de excepcional significação regional, ou apenas local, que seria do maior interesse preservar, mas que não se enquadram nem no espírito nem na letra da lei, por isto que não apresentam características de ‘monumento nacional’. E assim, o técnico incumbido da seleção se há de ver permanentemente angustiado e perplexo sem saber se deva cumprir rigorosamente a legislação vigente e deixar ao desabrigo de qualquer proteção obras valiosas, ou se torce a lei e salva o imóvel – que é esse o caso mais comum – com uma informação capciosa, invocando, por exemplo, o seu interesse excepcional para a história da arquitetura brasileira em determinado período, região ou categoria. (PESSÔA, 2004: 88-89).

Dados os dilemas técnicos e éticos colocados ao pessoal do SPHAN, na busca de um difícil equilíbrio entre o nacional e o regional (e, mesmo, o local), a relação do órgão com seus colaboradores, espalhados pelo território, é um problema que se impõe. Essa relação é

em alguns casos bastante conhecida, como o de São Paulo, onde o assistente técnico, na fase de implantação daquele órgão, foi Mário de Andrade. Documentos de trabalho de Mário de Andrade referentes à sua atuação no SPHAN já foram publicados e têm sido continuamente examinados e discutidos. Além disso, convém lembrar que Mário de Andrade foi substituído por Luís Saia, seu auxiliar no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo entre 1936 e 1938 (participou inclusive das expedições ao Nordeste promovidas pelo Departamento) e no próprio SPHAN. Saia, um dos grandes nomes da preservação do patrimônio cultural no Brasil, teve, entre as décadas de 1930 e 1970, atuação duradoura e destacada na representação paulista do órgão federal.

Por outro lado, em relação a outras unidades da federação, são incipientes ou inexistentes estudos relativos aos colaboradores do SPHAN.<sup>3</sup> No caso catarinense, por exemplo, é sabido que historiadores como Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Fernando Piazza prestaram colaboração ao SPHAN, na identificação e levantamento de dados sobre bens passíveis de tombamento (ADAMS, 2002). Oswaldo Cabral teve ainda papel importante nas discussões acerca de uma lei estadual de proteção aos bens culturais em Santa Catarina, em fins da década de 1960 (ADAMS, 2002: 45 e 159). Convém também notar que nenhum desses dois intelectuais esteve próximo do ideário modernista, compartilhado, por sua vez, pelo “núcleo duro” do SPHAN: Mário de Andrade, mais fortemente, até 1939; Rodrigo Melo Franco de Andrade, até a década de 1960; Lucio Costa, até a década de 1970. Seria isso outro empecilho à aceitação, pelo SPHAN, das propostas encaminhadas por colaboradores como Cabral e Piazza, sócios de entidades como o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a Academia Catarinense de Letras, ambas ciosas do amor cívico pela terra catarinense? Ou teriam tais historiadores aderido à orientação geral acerca da excepcionalidade e do caráter nacional dos bens, em termos históricos e artísticos? Teriam proposto a preservação de bens cuja conservação entendiam de interesse público, mas que foram considerados de forma diversa pelo corpo técnico do SPHAN? São questionamentos que, feitos para o caso catarinense, podem ser estendidos a outros estados cujos colaboradores do SPHAN ganharam pouca projeção na trajetória do órgão e na produção acadêmica que de alguma forma o tematizou. Questionamentos que aguardam respostas fornecidas por pesquisas.<sup>4</sup>

É seguro que o menor índice de “excepcionalidade” dos bens culturais em certos estados tornava bastante problemática a aplicação do Decreto-Lei n. 25/37 e, por conseqüência, as principais diretrizes do SPHAN. Mário de Andrade deu visibilidade a isso, na sua atuação em São Paulo como assistente técnico do órgão.

A relação do SPHAN com São Paulo é particularmente interessante pois envolve um estado visto como pobre em patrimônio cultural mas rico em iniciativas e agentes para salvaguardá-lo. A relação com Mário de Andrade, o elaborador do anteprojeto de 1936, foi decisiva, ao menos até 1945, ano da morte do poeta.

Em 22 de julho de 1936, Mário de Andrade escrevia a Rodrigo Melo Franco de Andrade e afirmava: “o patrimônio paulista é muito pequeno, mas ajudarei você no que tiver nas minhas mãos.” (ANDRADE, 1981: 59). Posição reafirmada em carta de 23 de maio de 1937: “[...] não é possível entre nós descobrir maravilhas espantosas, do valor das mineiras, baianas, pernambucanas e paraibanas em principal.” (ANDRADE, 1981: 69).

O diretor do SPHAN concordou, em carta de 25 de maio de 1937, que “em São Paulo a preocupação histórica deve primar a estética” (ANDRADE, 1987: 127). Posição reforçada no artigo que Mário de Andrade, a pedido de Rodrigo, escreveu para o primeiro número da Revista do SPHAN, e que tratava da capela de Santo Antônio, em São Roque. Já no primeiro parágrafo do artigo isso fica claro: “Vagar assim, pelos caminhos de São Paulo, em busca de grandezas passadas, é trabalho de fome e de muita, muita amargura. Procura-se demais e encontra-se quase nada.” (CAVALCANTI, 1993: 25).

Em função das características do patrimônio cultural paulista, Mário de Andrade dá indícios de que o tombamento federal seria inadequado, convindo mais uma ação estadual, conforme carta ao diretor do SPHAN datada de 12 de junho de 1937:

S.Paulo não é como Minas que pode salvar grandezas de arte, e a rebusca aqui implica constantemente a saída das rodovias por verdadeiros trilhos de índio, mesmo aqui pelo arredor da capital. [...] Ruínas, ruínas, ruínas, que francamente não sei se conviria ao Governo Federal (bem entendido: por estarmos num país miserável de dinheiro e de pouca cultura) tomar conta com o reforçamento e conservação dessas ruínas. Está claro que a coisa pode se harmonizar em S.Paulo... o rico (!), de várias maneiras. Vamos ter aqui lei idêntica e porventura mais completa que a do Governo Federal.” (ANDRADE, 1981: 71).

O assistente do SPHAN em São Paulo procurou cercar-se de auxiliares e traçar plano de levantamento de bens. Em carta de 23 de maio de 1937 ao diretor do órgão federal, Mário de Andrade informava contar com “dois principais colaboradores, o Nuto Sant’Ana historiador e o Luiz Saia engenheiro dedicado e apaixonado de coisas históricas e coloniais”, remunerados pessoalmente por ele (“vou pagar com meus cobres” - ANDRADE, 1981, p.67). Nuto Sant’Ana era então Chefe da Subdivisão de Documentação Histórica do Departamento de Cultura (ANDRADE, 1981: 74). Para o inventário preliminar solicitado pelo SPHAN, Mário de Andrade, já em carta de 23 de maio de 1937, propôs a divisão do estado “em zonas vastas e principais, o vale do Paraíba, o caminho do Tietê, litoral sul, litoral norte, S.Paulo e arredores.” (ANDRADE, 1981: 67).

Não podendo, em função da nova carta constitucional de 1937, acumular cargos públicos (ainda recebia remuneração como assistente técnico), Mário de Andrade solicitou sua substituição, optando pelo cargo de Diretor do Departamento Municipal de Cultura (ANDRADE, 1987: 151). Para seu lugar indicou Paulo Duarte (ANDRADE, 1981: 129), nome que não vingou certamente por ser, naquele momento, politicamente inaceitável (Paulo Duarte fora preso nos primeiros momentos do Estado Novo). O lugar ficaria com Luís Saia.

A situação paulista faz interrogar: em que medida os novos ventos políticos teriam tornado ainda mais complexa a atuação do SPHAN, obrigado a operar com exclusões forçadas no quadro de seus prováveis colaboradores?

Antes do golpe, a perspectiva do diretor do SPHAN era generosa e eclética: em maio de 1936, apesar de assinalar a necessidade de estabelecer prioridades nos levantamentos e tombamentos (o trabalho começaria por Minas Gerais e pelo então Distrito Federal), indicava que priorizar não significaria descuidar do “patrimônio existente nos estados”: “Procuraremos pôr-nos em contato com todos os elementos que nos possam auxiliar, não desprezando contribuições e a solidariedade de instituições e pessoas.” (ANDRADE, 1987: 25). Conseguir colaboradores era uma tarefa primordial para o SPHAN, como ainda indicava Rodrigo Melo Franco de Andrade, na mesma ocasião: “De início, apesar do vulto e da amplitude dos encargos, a nossa produção deverá ser modesta, pois o Serviço dispõe de pessoal reduzido – um diretor, um secretário e duas datilógrafas – e quase não há verba.” (ANDRADE, 1987: 24).

Apesar disso, em palestra proferida em setembro de 1939, na Escola Nacional de Engenharia, o diretor do SPHAN destacava:

[...] o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional vem exercendo atividade em todos os estados da Federação, só não tendo podido alcançar nos seus trabalhos o Amazonas, Mato Grosso e Goiás. [...] o Serviço realizou até agora obras de conservação, reparação ou restauração em 38 monumentos situados no Piauí, em Pernambuco, na Bahia, no Espírito Santo, no Estado do Rio, no Distrito Federal, em Minas Gerais, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. (ANDRADE, 1987: 50).

Sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, os bens identificados pelo SPHAN como significativos e merecedores de preservação e proteção mostraram-se abundantes no Rio de Janeiro, Minas Gerais e na Bahia. Apesar disso, as várias regiões foram, de alguma forma, contempladas, como demonstra o próprio diretor do órgão, em um balanço no seu entender “grosseiro e sumaríssimo”, feito em aula proferida em novembro de 1961 (ANDRADE, 1987: 62). A maior presença de bens tombados pelo SPHAN em determinadas regiões pode ser compreendida nos quadros do que os principais formuladores das diretrizes de atuação do órgão conceberam como “patrimônio”, “monumento”, “artístico” e “histórico”



na trajetória brasileira. Mas, como destacado aqui, outro fator determinante nessa eleição de bens – a interação com os colaboradores – é ainda um aspecto a explorar.

Herança e patrimônio estão geralmente associados a riqueza, tesouro, conjunto de bens valiosos. E, como é sabido, valores não são intrínsecos às coisas; são, antes, atribuídos a elas. O patrimônio cultural envolve, portanto, necessariamente, processos de atribuição de valores a determinados bens culturais, valores que estão ligados às dimensões artística e estética (no âmbito de valores formais), histórica (no âmbito de valores cognitivos), de vivência (valores afetivos), ou mesmo prática/pragmática (valores de uso) e que, eles mesmos, estão sujeitos à transformação, como apontou Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes (MENESES, 1994: 27). A empreitada de encontrar nomes de intelectuais e profissionais que pudessem identificar, selecionar, proteger e conservar bens culturais não era mesmo fácil, sobretudo porque envolvia, antes de tudo, atribuir aos bens um valor que deveria ser compartilhado socialmente, em uma coletividade entendida como nacional. Se as escolhas dos bens passíveis de patrimonialização não podiam ser mera expressão de gostos individuais, as escolhas dos “nomes”, dos estudiosos que seriam responsáveis por esses gestos sistemáticos de valoração, deveriam ser cuidadosas. Daí o particular interesse em melhor conhecer sua atuação.

## Referências

- ADAMS, B. **Preservação urbana:** gestão e resgate de uma história – patrimônio de Florianópolis. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.
- ANDRADE, M. de. **Cartas de trabalho:** correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945). Brasília: Ministério da Educação e Cultura, SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1981. (Publicações da SPHAN, 33)
- ANDRADE, R.M.F. de. **Rodrigo e o SPHAN:** coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. (Publicações SPHAN, 38)
- ANDRADE, R.M.F. de. **Rodrigo e seus tempos:** coletânea de textos sobre artes e letras. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. (Publicações SPHAN, 37)
- BRASIL. GOVERNO FEDERAL. SPHAN. FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Bens móveis e imóveis inscritos nos livros do tomo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Brasília: 1982. (Publicações da SPHAN, 35)
- CAVALCANTI, L.(org.). **Modernistas na repartição.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Paço Imperial, Tempo Brasileiro, 1993.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** S.Paulo: Ed. da UNESP, Estação Liberdade, 2001.

COSTA, L. M. Entrevista-depoimento. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.31, p.274-309, 2005.

FONSECA, M.C.L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1997.

GONÇALVES, J.R.S. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, MinC/IPHAN, 1996.

GUEDES, T. **O lado doutor e o gavião de penacho: movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil - o Serviço do Patrimônio Histórico (SPHAN)**. S.Paulo: AnnaBlume, 2000.

MENESES, U.T.B.de. Do teatro da memória ao laboratório da história. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, 1994.

PESSÔA, J. (org.). **Lucio Costa: documentos de trabalho**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

---

#### Notas

- <sup>1</sup> O órgão federal de preservação cedo se preocupou com a proteção das edificações modernas: cabe destacar que a igreja da Pampulha, projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer com painéis de Portinari, foi tombada pelo SPHAN em dezembro de 1947, três meses antes do tombamento do edifício inicialmente ocupado pelo Ministério da Educação e Saúde (BRASIL, 1982: 84, 151).
- <sup>2</sup> Lucio Costa, por seu turno, sempre se autorrepresentou como apenas um dos colaboradores do órgão federal: segundo sua própria versão, desde 1937 teria passado a assessorar Rodrigo Melo Franco de Andrade “na qualidade de consultor técnico contratado”, função que nunca teria abandonado, vindo a ocupar o cargo de diretor de Divisão apenas formalmente; frisava ainda a importância do diretor do órgão: “Acatando embora o meu conselho, [Rodrigo] nunca dispensou o confronto dele com a opinião de seus demais colaboradores e seu próprio juízo e discernimento quando, finalmente, optava.” (prefácio de Lucio Costa a *Rodrigo e seus tempos*, ANDRADE, 1986: 5).
- <sup>3</sup> A historiadora Tarcila Guedes, em seu estudo sobre o SPHAN e suas relações com o modernismo, cita palestra da arquiteta do SPHAN, Dora Alcântara, publicada em 1985, na qual se refere ao papel dos colaboradores nos primeiros tempos da instituição, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade: tais colaboradores seriam fundamentalmente “pessoas de público e notório saber, de diversas regiões do país, [...] cujo ponto de vista expressava uma espécie de consenso de época do que fosse o patrimônio brasileiro.” (apud GUEDES, 2000: 68). Lucio Costa, no prefácio anteriormente citado, lista número expressivo de “colaboradores” (entendidos de forma ampla, aí incluídos até mesmo os funcionários vinculados ao órgão); segundo Costa, com Rodrigo Melo Franco de Andrade como diretor “o clima no Patrimônio era universitário. Ele orientava, atraía os colaboradores mais qualificados, editava revistas, estimulava vocações.” (ANDRADE, 1986: 7-8).
- <sup>4</sup> Para o caso de Santa Catarina, informo estar em andamento pesquisa sob minha coordenação, intitulada “Nomes para o Serviço: a atuação do SPHAN em Santa Catarina e o papel dos historiadores locais”, realizada junto à Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC e contando com a participação das bolsistas de pesquisa e graduandas em história Gabriela de Oliveira Ribeiro (entre agosto de 2008 e março de 2009) e Débora Garcia Mortimer (desde abril de 2009). As bolsas são mantidas pela UDESC.